



EXPECTATIVA, ESFORÇO E MÉRITO: UM ESTUDO SOBRE A VIVÊNCIA DE ALUNOS BOLSISTAS EM UMA UNIVERSIDADE PRIVADA

EXPECTATIVA, ESFUERZO Y MÉRITO: UN ESTUDIO SOBRE LA
EXPERIENCIA DE ESTUDIANTES BECARIOS EN UNA UNIVERSIDAD PRIVADA

EXPECTATION, EFFORT AND MERIT: A STUDY ON THE EXPERIENCE OF
SCHOLARSHIP HOLDERS AT A PRIVATE UNIVERSITY

Andrízia Gomes Pereira¹
Robson Nascimento da Cruz²

RESUMO: No contexto da América Latina, a criação da universidade brasileira foi um projeto tardio estabelecido pela e para a elite nacional. Esses fatos são constatados pelo surgimento apenas recente de políticas de acesso ao ensino superior para as classes mais baixas da população brasileira. Os estudos sobre esse tema sugerem, contudo, que, a despeito de avanços dessas políticas, muitos dilemas ainda se fazem presentes para uma efetiva integração dos sujeitos daquelas classes sociais ao ensino superior. O objetivo deste artigo foi investigar, com base em uma perspectiva qualitativa e quantitativa, como estudantes de graduação de classes populares de uma grande universidade privada concebem e lidam com os dilemas do ingresso e da permanência no ensino superior. Os resultados sugerem que a permanência nesse espaço continua a ser um desafio para estudantes de classes populares, em especial num contexto de intensificação de discursos neoliberais no mundo do trabalho. Considerando isso, o argumento que perpassa este artigo é o de que haveria, entre os estudantes daquelas classes, uma propensão em reproduzir discursos como o de esforço individual, competição e autogestão. O que impede maior visibilidade de mecanismos de reprodução da desigualdade social na universidade, e, por sua vez, impossibilita tanto a mobilização mais coletiva para o enfrentamento dos problemas quanto a responsabilização institucional frente aos obstáculos para uma efetiva democratização do ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Permanência estudantil; Ensino superior; Democratização da educação; Mercantilização da educação.

RESUMEN: En el contexto de América Latina, la creación de la universidad brasileña fue un proyecto tardío establecido por y para la élite nacional. Estos hechos se constatan por el surgimiento reciente de políticas de acceso a la educación superior para las clases más bajas de la población brasileña. Sin embargo, los estudios sobre este tema sugieren que, a pesar de los avances de estas políticas, muchos dilemas todavía se presentan para una integración efectiva de los sujetos de esas clases sociales en la educación superior. El objetivo de este artículo fue investigar, desde una perspectiva cualitativa y cuantitativa, cómo los estudiantes de pregrado de clases populares en una gran universidad privada conciben y enfrentan los dilemas del ingreso y la permanencia en la educación superior. Los resultados sugieren que la permanencia en este espacio sigue siendo un desafío para los estudiantes de clases populares, especialmente en un contexto de intensificación de los discursos neoliberales en el mundo laboral. Considerando esto, el argumento que atraviesa este artículo es que habría, entre los estudiantes de esas clases, una propensión a reproducir discursos como el del esfuerzo individual, la competencia y la autoadministración. Esto impide una mayor visibilidad de los mecanismos de reproducción de la desigualdad social en la universidad, y a su vez, dificulta tanto la movilización más colectiva para enfrentar los problemas como la responsabilización institucional frente a los obstáculos para una democratización efectiva de la educación superior.

PALABRAS CLAVE: Permanencia Estudiantil; Educación Superior; Democratización de la Educación; Mercantilización de la educación.

ABSTRACT: In the context of Latin America, the creation of Brazilian universities emerged as a late project established by and for the national elite. These facts are confirmed by the recent inception of access policies to

¹ Graduada em Psicologia pela PUC Minas. andriziapsi@gmail.com

² Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor adjunto da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. robsoncruz78@yahoo.com.br

higher education for the lower classes of the Brazilian population. Studies on this topic indicate, nonetheless, that, despite advances in these policies, many dilemmas persist regarding the effective integration of individuals from those social classes into higher education. The aim of this article was to investigate, based on a qualitative and quantitative perspective, the perceptions and coping mechanisms of undergraduate students from lower classes at a prominent private university concerning the dilemmas of entering and remaining in higher education. The results suggest that remaining in this space remains a challenge for students from lower classes, especially in a context of intensification of neoliberal discourses in the labor market. Considering this, the argument posited through this article is that there would be, among students in those classes, a propensity to reproduce discourses such as individual effort, competition and self-management. This prevents greater visibility of mechanisms for reproducing social inequality in the university, and, in turn, hinders opportunities for collective mobilization to face problems regarding institutional accountability in the face of obstacles to the effective democratization of higher education.

KEYWORDS: Student permanence; University education; Democratization of education; commercialization of education.

1 INTRODUÇÃO

A universidade brasileira se constitui enquanto um projeto tardiamente implementado e por muito tempo restrito à formação intelectual de uma elite nacional (CAVALCANTE, 2000; LORENZET, 2016; SANTOS, 2021). Apenas no século XX se observa um gradual e lento processo de acesso à universidade para a população geral. Essa morosidade reflete dois importantes dados: que o Brasil não só foi um dos últimos países da América Latina a criar a universidade, mas também um dos países mais atrasados em termos de democratização do ensino superior (TEIXEIRA, 1976; SCHWARCZ, 2019). Tal processo decorre de uma lógica colonial fortemente orientada para manutenção da hegemonia do poder que sempre temeu os efeitos do avanço da escolarização para além das fronteiras da elite brasileira (LORENZET, 2016).

Em especial a partir da década de 1990, esse quadro ganha novos contornos, caracterizados pela expansão de ofertas de cursos e matrículas na educação superior, viabilizadas inicialmente em virtude da emergência de instituições privadas no cenário da educação (BROCH; BRESCHILIARE; BARBOSA-RINALDI, 2020). Esse processo expandiu-se a partir dos anos 2000, quando novas políticas de acesso ao ensino superior brasileiro geram dois efeitos imediatos: 1) aumento de vagas no ensino superior nas instituições públicas até então caracterizadas eminentemente pela presença de estudantes oriundos das classes médias, classe média alta e alta, por uma presença crescente de estudantes de classes populares; 2) significativo investimento no setor privado, viabilizado pela expansão de políticas de acesso como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). Assim, esse processo de transformação decorrente da implementação de políticas públicas de acesso tornou-se um marco para a história da educação no Brasil, conhecido como “democratização do ensino

superior”, já que possibilitou o acesso de fato significativo de classes populares a esse nível de escolaridade (BARROS, 2015).

Desse modo, um espaço até então distanciado das classes populares passa a compor de maneira mais significativa o horizonte de possibilidades, em especial atrelado à expectativa de ascensão social. Entretanto, o emergente movimento de democratização do ensino superior, focado especialmente no acesso, parece ter se atentado pouco aos desafios atrelados à permanência desses estudantes oriundos de classes populares que, ao adentrarem no espaço universitário, se deparam com um dilema: a expansão do ingresso não se traduz necessariamente em inclusão. Frente a isso, alguns autores passaram a apontar os limites desse processo. Dubet (2015) discorre sobre alguns efeitos paradoxais atrelados a esse movimento, como a monopolização de relações sociais formais e informais e solidariedade de classe que a elite possui para alcançar posições profissionais de maior prestígio pós- formação, bem como a relevância da educação básica obtida para fruição no ensino superior a que, no geral, estudantes advindos de contextos economicamente mais abastados se mostram mais favorecidos. Já Zago (2006) afirma que apenas promover o acesso não significa democratizá-lo, porque estudantes de camadas populares continuarão enfrentando grandes desafios para permanecerem na educação superior, por exemplo, a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho, haja vista que a dedicação exclusiva à formação não é uma opção para muitos que necessitam da atividade profissional para custear a sobrevivência.

Discussões sobre os limites da democratização da universidade já se faziam presentes nos debates sobre o tema nos ditos países desenvolvidos. Por exemplo, um dos sociólogos mais reconhecidos no campo da educação, Pierre Bourdieu, no século XX, identificou, ainda na década de 1960, lógicas de reprodução social em todas as camadas do ensino francês. Em termos bourdieusianos, a escassez de capital cultural, científico e econômico e a discrepância de *habitus* e heranças são alguns exemplos de marcadores que colidem com a possibilidade de fruição real da universidade para estudantes oriundos de classes populares. Mas ao olhar para a universidade no Brasil é preciso ir além das contribuições dos autores e autoras dos ditos países desenvolvidos, posto que aqui o cenário educacional pode ser ainda mais grave que aquele identificado no exterior. Localizado no Sul Global, o Brasil é um país da periferia do capitalismo, estando ainda mais suscetível a processos de desigualdade, especialmente mediante a expansão do neoliberalismo que, de acordo com Maia (2022), pode ser considerado atualmente o projeto social hegemônico que pauta o ideário da classe dominante e monopoliza o *mainstream* político, tornando-se “o modelo máximo de racionalidade da nossa época” (MAIA, 2022, p. 105).

Tendo em vista que esse modelo tem se expandido para todos os setores da sociedade, é perceptível uma acomodação dos ideais e do *modus operandi* da gestão neoliberal também na universidade. Como aponta Laval (2019), a educação vem vivenciando uma “monopolização progressiva pela ideologia neoliberal”, que coloca ainda mais em xeque o discurso da democratização. Logo, entende-se ser necessário – se não urgente – não um escrutínio reducionista sobre a universidade, mas um olhar intencional sobre como os mecanismos explícitos e insidiosos pautados na racionalidade neoliberal e deflagrados pelas instituições vêm intensificando os desafios para uma real democratização da educação superior, com a permanência e fruição de discentes oriundos de classes populares.

Dado esse cenário, esta pesquisa investigou os desafios enfrentados por estudantes bolsistas de uma universidade privada e analisou como tais desafios se articulam com a racionalidade neoliberal. O argumento defendido será o de que os discursos e mecanismos de gestão empreendidos por esse modelo econômico corroboram para a supressão e silenciamento do sofrimento no espaço universitário, assim como instauram a reprodução em nível subjetivo de lógicas neoliberais, como aqueles referentes ao discurso da autogestão, competição e esforço individual. Para desenvolver o argumento, serão discutidos os seguintes pontos: 1) Contextualização do ingresso de estudantes de classe populares na universidade; 2) A apropriação da racionalidade neoliberal na universidade e seus desdobramentos; 3) Análise das narrativas dos estudantes sobre os desafios enfrentados nesse espaço, sob a perspectiva dos desdobramentos identificados no eixo anterior.

Por fim, argumenta-se que, mediante esse cenário fértil de expansão dos discursos de esforço individual e autogestão na educação, torna-se necessário explicitar as contradições e os mecanismos de desigualdade na universidade, bem como insistir na responsabilização das instituições de ensino para a construção de ações efetivas visando à permanência e real fruição na universidade dos estudantes de classes populares, de modo que o processo da democratização do ensino superior ocorra integralmente, não se detendo apenas à inserção.

2 METODOLOGIA

A fim de investigar a vivência de discentes bolsistas, foi conduzida uma pesquisa exploratória de natureza mista, na qual utilizamos tanto técnicas qualitativas, como quantitativas. Escolhemos esta tipologia dado seu potencial de complementaridade que permite uma visualização mais ampla e aprofundada sobre o fenômeno investigado (SOUZA; KERBAUY, 2017). Para atingir o público-alvo, elegeu-se uma unidade específica de uma

grande universidade privada de Minas Gerais, localizada em um território periférico e majoritariamente ocupada por estudantes de classe baixa ou média baixa e bolsistas. Tal escolha propicia um aumento de compreensão do fenômeno, tendo em vista que parte substancial das pesquisas sobre o tema tem sido realizada com estudantes de universidades públicas.

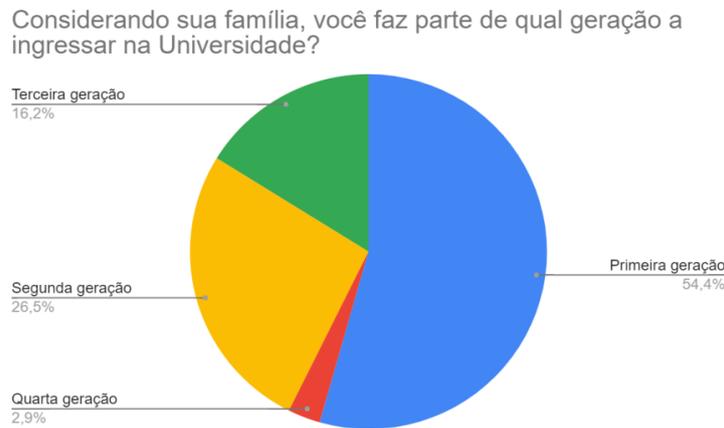
Os dados foram coletados a partir de um formulário on-line criado na plataforma Google Forms e divulgado ao público-alvo por meio de grupos de WhatsApp. Optamos por esta ferramenta devido a sua facilidade de alcance, especialmente entre o público-alvo desta pesquisa, e por ser uma ferramenta que permite o levantamento, tanto de dados quantitativos, como de dados qualitativos. Este formulário foi composto por três seções, dados pessoais e questionário socioeconômico; relação com a universidade; e, por último, saúde mental e universidade. Destaca-se que a mensagem convite para participação da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) também compuseram o formulário, antecedendo as seções citadas.

As questões, por sua vez, foram elaboradas majoritariamente no formato de múltipla escolha e no modelo de assertivas afirmativas, tomando como base a escala psicométrica Likert, de frequência e de concordância, com cinco possibilidades de resposta, inclusive a considerada neutra. Ainda, foram elaboradas duas questões abertas, opcionais, para estudantes que tivessem interesse em deixar algum relato sobre a relação com a universidade, assim como para expressarem quais são os maiores dificultadores identificados por eles nessa relação.

O formulário ficou hospedado durante 21 dias na plataforma e, no total, foi obtida uma amostra de configuração não probabilística de 68 participantes que corresponderam a dois critérios básicos: receber algum tipo de bolsa e estar de acordo com a pesquisa assinalando o TCLE.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O início de um sonho: A implementação da Universidade no horizonte das classes populares

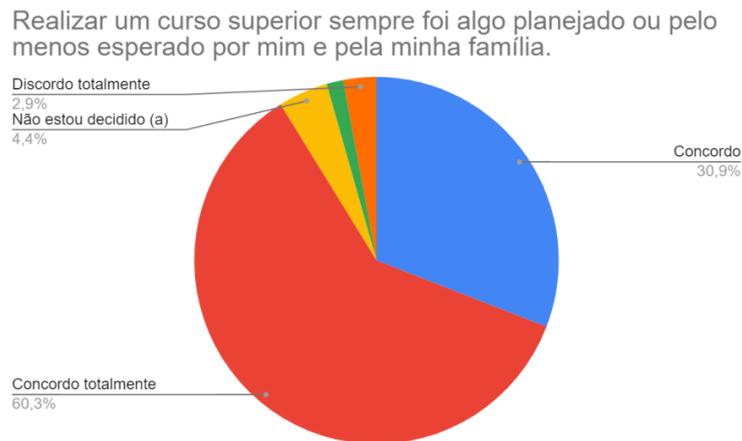


Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

O fato de que a maioria dos estudantes que compuseram essa amostra representa a primeira ou segunda geração de sua família a ingressar na universidade, conforme expresso no gráfico acima (número que se torna ainda mais expressivo quando correlacionados aos estudantes que assinalaram renda familiar mais reduzida), sinaliza como o ingresso na universidade é um movimento recente para as classes populares. Majoritariamente e historicamente excluídas desse espaço que por muito tempo ficou restrito a classes mais elevadas da sociedade (LORENZET, 2016), o ingresso mais contundente das classes populares ocorreu tardiamente no Brasil, impulsionado especialmente a partir de 2003 pela implementação de políticas públicas como Programa Universidade Para Todos (Prouni) em 2004, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em 2010, ampliação do programa de Financiamento Estudantil (Fies), além da Lei de Cotas, implementada apenas em 2012 (HERINGER, 2018).

Se se considerar a criação da primeira universidade no Brasil, em 1909, e o início, mesmo que ainda tímido, do ingresso de estudantes menos favorecidos a partir de 2000, pode-se facilmente inferir uma somatória de 91 anos de exclusão e apenas 22 anos de transformação do cenário, um dos motivos pelo qual ainda se observa na atualidade um crescente número de estudantes de primeira e segunda geração a ingressar no ensino superior.

Esse processo de abertura das universidades às classes populares implica outros importantes aspectos. Um deles é a percepção da universidade enquanto um horizonte possível de se alcançar. Se anteriormente concluir um curso superior pouco se configurava como possibilidade, observa-se atualmente uma nova perspectiva em relação à inserção nesse espaço, mesmo que frente a vários dificultadores, que serão vistos posteriormente. Essa perspectiva pode ser percebida a partir do gráfico a seguir:



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Os dados apresentados evidenciam como a realização do ensino superior passou a fazer parte do planejamento ou, pelo menos, da expectativa das famílias dos participantes, destacando como a mudança na realidade objetiva, ou seja, o ingresso factível, parece ter resultado em uma mudança de perspectiva frente à universidade. Tal aspecto também pode ser identificado ao se observar que, entre os estudantes participantes dessa pesquisa, quando perguntados se sentiam ou pensavam que a universidade não era um lugar para eles, 51,5% assinalaram que nunca pensavam dessa forma e 30,9% que raramente visualizavam a universidade como um espaço ao qual não pertenciam. Todavia, ao se analisar essa maior presença do ensino superior no planejamento e no horizonte social, é necessário pensar também nas motivações e expectativas que rondam esse ingresso, especialmente para as classes populares, e seus dilemas.

3.2 A arriscada aposta na mobilidade social

Se antes o ingresso no ensino superior pouco se configurava como uma possibilidade para grupos populacionais de baixa renda, quando este foi se tornando factível por meio de iniciativas de promoção do acesso, uma expectativa antes distante do horizonte desses grupos

foi sendo instaurada. A ideia da educação, em especial continuada, como forma de mudança de vida foi amplamente divulgada nos meios de mídia, nos discursos políticos e reproduzida também nas famílias de baixa renda. Tal discurso pode ser observado no cotidiano popular por meio dos seguintes discursos: a educação é “libertadora”, “a única saída”, “a arma mais poderosa”, “caminho para mudança”. Além disso, a educação cada vez mais foi sendo colocada como o meio qualificador, senão obrigatório, para uma inserção no mercado de trabalho que propicie ascensão por meio de acesso ao capital, principalmente, econômico.

Essas expectativas não devem ser tomadas como ingênuas, posto que o ingresso no ensino superior é historicamente um preditor de ascensão social. Entretanto, é importante questionar os limites dessa premissa, uma vez que sua aceitação total implica a reprodução da ideologia do mérito individual, principalmente, num país de alta concentração da riqueza. Pesquisas sobre essa correlação indicam tanto uma retração como um declínio dos retornos da educação superior para pessoas oriundas de classes populares (SANTOS, 2021) e, por outro lado, uma manutenção das vantagens de classes de origem elevada (RIBEIRO, 2014; SANTOS, 2019). Ainda assim, adiante, observa-se como essa expectativa se faz presente nos discursos dos estudantes:



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Para além da perspectiva de melhoria de vida por meio da educação superior demonstrada acima, 75% da amostra concordou que se sente responsável por proporcionar uma melhoria de vida aos seus familiares por meio da graduação. Sendo assim, essa geração que alcançou espaços inviabilizados aos seus antepassados experimenta o senso psicológico da responsabilidade de ascender socialmente não apenas para emancipação própria, mas para

emancipação familiar, que, muitas das vezes, a “trancos e barrancos”, investiu na formação educacional tendo em vista a esperança da mobilidade.

Nesse sentido, vale a reflexão de como essa aposta se torna uma responsabilidade, mesmo que imperceptível para muitos, o que potencializa a vivência de diversos sacrifícios sustentados por um propósito maior. A manutenção dessa expectativa é observada em discursos neoliberais que, mediante a aplicação do ingresso, atribuem a ascensão apenas ao esforço individual dos estudantes, ignorando, intencionalmente, uma conjuntura macrossocial que torna essa aposta cada vez mais arriscada. Um exemplo disso é a queda do valor dos diplomas para inserção no mercado de trabalho, como se verá a seguir.



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Observe que na presente amostra mais da metade dos estudantes afirma acreditar que o diploma garante espaço no mercado de trabalho, expondo o quanto a expectativa de melhoria de vida via ensino superior se mantém, mesmo frente a uma realidade de constantes crises, em especial no que tange ao mercado de trabalho. Uma pesquisa realizada pelo Núcleo Brasileiro de Estágios (Nube) em 2021 apontou que 5 a cada 10 estudantes formados entre 2020 e 2021 estavam sem trabalhar e, dos inseridos no mercado de trabalho, apenas 20% exerciam atividades pertinentes à sua profissão. Esse efeito pode ser relacionado à pandemia, mas também a um desdobramento histórico. Se anteriormente o ingresso no ensino superior era limitado, pessoas qualificadas por esse grau de escolaridade, geralmente de uma classe social mais elevada, tinham maior probabilidade de inserção rentável no mercado de trabalho, devido à própria escassez de trabalhadores especializados. Já com a expansão do ensino superior, observa-se um contingente crescente de pessoas altamente qualificadas que o mercado não consegue absorver. De acordo com Gröhs (2011):

O fenômeno recente de inflação dos títulos escolares com a ampliação do acesso à educação superior por camadas sociais que antes teriam que se conformar com o fim prematuro da sua educação tende justamente a desvalorizar o benefício escolar extraído de sua posse, pois o crescimento de portadores de títulos escolares processa-se mais rápido que o crescimento de posições as quais esses diplomas conduziriam. (GRÖHS, 2011, p. 25 e 26)

Se a conjuntura no Brasil, de forma geral, vem demonstrando números consideráveis de desemprego, que de acordo com o IBGE soma 10,1 milhões de pessoas desempregadas no segundo semestre de 2022, e da informalidade, que nesse mesmo período atingiu um novo recorde, totalizando 39,3 milhões de trabalhadores (VALOR ECONÔMICO, 2022), evidenciando a exponencial precarização do trabalho, pode-se concluir que inserir-se no mercado de trabalho tendo seguridade e direitos garantidos já é algo consideravelmente difícil, o que se dirá então da existência de vagas que poderiam propiciar uma suposta ascensão? Por mais que tal retórica ainda seja amplamente reiterada, especialmente devido ao modelo neoliberal, em 1998, Bourdieu já alertava:

É provável por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 1998, p. 41)

Nesse sentido, o objetivo não é desprezar a importância da educação para as pessoas, nem visualizá-la apenas como um espaço de preparo ao mercado de trabalho, mas em um país considerado a “periferia do capitalismo”, extremamente desigual, com quadros de pauperização, seria ingenuidade tratar a universidade apenas como um espaço para o desenvolvimento do “pensamento crítico”, privilégio de poucos, haja vista que muitos ingressam na universidade visando à possibilidade de alcançar um trabalho digno e rentável para alavancar uma melhoria de vida.

Além da raridade de existência de vagas no mercado com maior probabilidade de propiciar uma suposta ascensão, também faz-se necessário discutir outro aspecto no que tange ao valor dos diplomas: tais vagas parecem já possuir destinatários elegidos. Se algo vai se tornando raro, conseqüentemente torna-se mais importante no que tange ao *status* e também ao valor econômico. Logo, se com a democratização do ingresso o título de graduação foi “perdendo” seu valor, haja vista que se tornou mais comum, uma nova desigualdade se instaura na universidade: a hierarquização e valorização de cursos mais seletivos, assim como de instituições mais reconhecidas (GRÖHS, 2011). Dessa forma, observa-se que:

No topo da hierarquia, as formações mais seletivas têm uma espécie de monopólio sobre o acesso às profissões e às diversas elites que, muitas vezes, saem das mesmas escolas e das mesmas universidades. À custa de uma forte seleção e de sólidas redes, essas formações mantêm uma utilidade muito grande dos diplomas relacionados a “rendas” acadêmicas. Aqui, a correlação entre diplomas e empregos continua forte. Todavia, quanto mais “se desce” na hierarquia do sistema e mais se aproxima de formações gerais pouco seletivas, mais a correlação se enfraquece e menos os mercados de trabalho reconhecem as formações escolares pouco seletivas e pouco especializadas. (DUBET, 2015, p. 259-260)

Tal argumento explicita como os espaços de poder se reorganizam frente a tentativas de democratização, objetivando a conservação dos espaços de privilégio para uma pequena minoria da sociedade. O impasse está posto: inserir-se na universidade pode não mais garantir o sonho de ascensão da família de baixa renda, por outro lado, torna-se um requisito mínimo até para vagas menos rentáveis no mercado de trabalho. Logo, o diploma de nível superior deixa de certificar a emancipação e passa a retificar que os sujeitos tenham mínimas condições para pleitear um espaço no tão sonhado mundo do trabalho, mesmo que enquanto mão de obra barata, pouco valorizada e sem garantias. Afinal, a concepção neoliberal não parece ter como pretensão impedir a realização de graduação por parte de classes populares, mas utilizá-la para seus próprios interesses.

Como lidar com a frustração de não poder proporcionar a famigerada melhoria de vida aos familiares, que muitas das vezes investiram na sua escolarização? De ver que uma expectativa gestada talvez durante toda a vida não obteve êxito? A expectativa de que a universidade poderia “tornar alguém” uma pessoa, tanto no âmbito do reconhecimento como economicamente, haja vista a correlação direta entre ambas, colide com a dura realidade de que agora a pessoa torna-se “só mais uma”. Mas há de se lembrar que nessa categorização existem aqueles que não usufruem nem do espaço de “ser mais um”, aqueles que socialmente “nada são”, por não terem um título de ensino superior.

3.3 Esforce-se, só depende de você



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

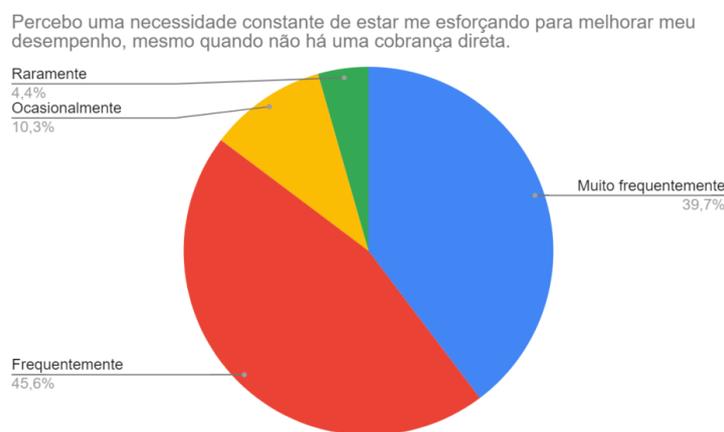
A crença de que se é o único responsável pelo próprio sucesso vem sendo amplamente difundida na sociedade pela gramática neoliberal (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020; MAIA, 2022; SAFATLE, 2022). Não é incomum identificar nas várias esferas da sociedade o crescente uso de termos motivacionais imbuídos de uma lógica meritocrática, na qual seu merecimento é diretamente resultante do esforço que empreendeu. A universidade não se distancia dessa nova gramática, mas também a reproduz, daí a importância de se debruçar sobre a incorporação dos *ethos* neoliberais nesse espaço. Conforme expresso pelo estudante:

Existe a cobrança velada de 'você precisa fazer isso' mas o como fazer é somente responsabilidade sua e se você não "corre atrás de saber como fazer", mesmo sem recursos adequados pra isso, você é preguiçoso, quer tudo mastigado, entre outras coisas (...) Ainda existe muito forte na mentalidade dos nossos professores, digo da universidade mesmo, não só do curso de psi, uma mentalidade de meritocracia, de "fazer seu nome" que é adoecedora até mesmo para aqueles que têm condições financeiras melhores, quiçá para o aluno bolsista que vive na correria pra ter renda e pagar o transporte e alimentação. (Relato de discente)

De forma bastante perspicaz, o neoliberalismo utiliza inclusive de avanços para justificar seus preceitos. Por exemplo, se houve uma democratização do ensino superior, de modo que agora se tornou possível o ingresso de populações diversas na universidade, uma conclusão pode ser facilmente posta, a de que agora a única coisa que pode impedir um estudante de baixa renda de alcançar o “sucesso” seria seu próprio esforço. Não obstante a clara desconsideração do contexto sócio-histórico e da conjuntura política, ainda lançam mão de termos como resiliência para romantizar a caricatura dos estudantes guerreiros que, a despeito das dificuldades provenientes de sua frágil herança histórica e familiar de como lidar com esses espaços, “se esforçam” e “vencem”. Abdicando de quê? Sob quais consequências pauta-se esse

esforço? São questionamentos que não parecem ter muito espaço, afinal, se lutaram tanto para ocupar a esfera do ensino superior antes restrita, questioná-la parece ser um ato de ingratidão ou até mesmo de “preguiça” proporcionada por políticas públicas de um “Estado-babá”.

Nessa dinâmica, a premissa do esforço individual passa a ser internalizada pelos próprios sujeitos, de modo que a cobrança se torna onipresente. Nesse sentido, “não importa a conquista de ontem e de hoje, o que importa é somente o que você fará, o ‘além’ para o qual você poderia ir (mas ainda não foi) e, assim, sempre se está em uma posição de débito diante de si mesmo (...) afinal, sempre se poderia ter ido além” (MAIA, 2022, p. 96). Tal relação descrita pelo autor, isto é, de pressão constante por desempenho, mesmo quando não há um mediador externo, também pode ser observada nos dados a seguir:



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

Conforme destaca Soares (2016, p. 131), “os próprios estudantes de baixa renda, acabam encarando a trajetória dos bem-sucedidos como resultante de um esforço recompensado”, afinal, não se pode ignorar também que a narrativa é palatável e se sustenta em certa fachada de liberdade, que deposita no indivíduo todas as possibilidades, a despeito da realidade material, o que possibilita a própria desimplicação das instituições, afinal:

Os resultados escolares de quem vive em certas condições são explicados pelo senso-comum como força de vontade (UHLE, 1997). Colocado deste modo, a escola e a sociedade se desincumbem da responsabilidade que tem com a educação e responsabiliza cada um por seu próprio sucesso ou fracasso. (SOARES, 2016, p. 131)

Inseridos nessa dinâmica e embalados pelo uso indiscriminado de “hinos motivacionais”, o que se observa em relação aos estudantes de classes populares é uma

autocobrança cada vez mais acentuada. Nesta pesquisa, por exemplo, mais da metade (60,3%) dos estudantes afirma ter, frequentemente ou muito frequentemente, uma autocobrança exacerbada em relação à universidade.

Outra dimensão resultante dessa dinâmica é o que se denomina gratidão resignada. O ingresso na universidade para alunos de baixa renda muitas das vezes pode ser visto como um privilégio, o que de fato é compreensível, tendo em vista que poucos anos atrás isso não era possível. Ocorre que esse reconhecimento tende a incorrer em uma gratidão resignada, pois o fato de terem conseguido fazer parte de um espaço antes negado pode favorecer que a dedicação extrema e as abdições constantes não sejam caracterizadas dessa forma, mas compreendidas como naturais, ou até mesmo reduzidas a um “mínimo” que se pode fazer como forma de retribuição por participar dessa esfera social.

Obviamente essa compreensão não ocorre puramente por parte dos estudantes, mas também corresponde contextualmente aos discursos difundidos na própria universidade e na sociedade por outros atores que fazem parte dela, como família e mídia. Portanto, resta a estes uma conformação para com os dilemas enfrentados nessa instituição, que, de certo modo, devem ser recorrentemente suprimidos e velados. Pode-se verificar essa dinâmica no relato abaixo de uma estudante participante desta pesquisa:

Na minha condição de bolsista, e que, portanto, não contava com o peso de pagar a mensalidade, muitas vezes sentia que não deveria opinar sobre processos e decisões da própria universidade ou do meu Curso, afinal estava ali de graça e não deveria estar numa posição de reclamar ou reivindicar nada por mínimo que fosse. (Relato de discente)

Seja por gratidão resignada seja pela crença de que basta o esforço individual, vários outros aspectos determinantes para uma fruição do espaço universitário, assim como para se alcançar o dito “sucesso” – por exemplo, a mobilidade social discutida anteriormente –, são desconsiderados ou invalidados. Em vista disso, faz-se necessário retomar alguns fatores que se colocam como obstáculos para vivência do espaço universitário para essa população.

3.4 O malabarismo contínuo

Compreendendo os conflitos que envolveram a instituição da universidade no Brasil, seria pueril acreditar que apenas a instituição de políticas públicas voltadas para inserção seria suficiente para suprir uma trajetória marcada pela desigualdade. Desse modo, sem desconsiderar o real aumento do ingresso das classes populares no ensino superior, foi se

tornando urgente discussões sobre os problemas decorrentes dessas mudanças, em especial ao se compreender que o processo de democratização é mais complexo e abrange aspectos para além da inserção, principalmente por ser esse um espaço que há tempos foi configurado para recepção de elites sociais. Nesse sentido, Pereira e Silva (2010, p. 24) compreendem que, para além do acesso, a permanência em si “é uma das questões importantes de serem consideradas, principalmente, dos estudantes de origem popular que têm suas trajetórias marcadas por intenso processo de desigualdade social”.

Ao se pensar em permanência, um dos maiores desafios que logo é remetido a essa discussão são as dificuldades financeiras – e, de fato, garantir as condições materiais para inserção no espaço acadêmico é imprescindível. Apesar da criação de programas como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como objetivo democratizar condições e mitigar efeitos das desigualdades que impactavam a permanência desses grupos, essa dificuldade ainda parece se perpetuar, em especial para estudantes de universidades e instituições privadas, que não contam com as assistências decorrentes desses programas. Em se tratando de condições financeiras, um exemplo que corporifica essa questão é a figura do estudante trabalhador, que necessita trabalhar para própria subsistência e às vezes para subsistência familiar, realidade que, em decorrência de uma desigual distribuição do capital econômico, atinge até mesmo estudantes que possuem algum tipo de bolsa ou assistência. O que se observa é que a manutenção dessa dupla jornada muitas vezes colide com a possibilidade de fruição da universidade, em especial das atividades extracurriculares tão relevantes para qualificação da trajetória acadêmica. Há de se considerar também a relação do trabalho com a escassez de tempo para se dedicar à universidade, como afirmado por Almeida (2007, p. 42): “A falta de tempo, devido à necessidade de trabalhar, produz uma clivagem entre o estudante que tem tempo, posto que não trabalha”, além de todos os sacrifícios para conciliar uma dinâmica que, muitas das vezes, resulta na construção de estratégias que propiciam a exaustão mental e física desses sujeitos. Como expressado por uma estudante participante desta pesquisa, uma das maiores dificuldades que enfrenta na universidade é:

Subsistir economicamente falando, por não possuir família aqui e pela ajuda financeira ser bem mínima. Então no dia a dia, meu tempo é dividido entre trabalho, vida pessoal e doméstica (morar só), e universidade. Há dificuldade de tempo para se dedicar melhor a formação, para participar de atividades extra-classe, e sinto que isso já prejudica a formação e o futuro da atuação. A situação econômica impacta também na saúde mental, juntamente com a pressão por desempenho em todos os aspectos da vida, acadêmica e profissional, sendo pra mim o único meio de obter uma vida mais razoável. (Relato de discente)

Ainda, vale destacar a falta de mecanismos institucionais para lidar com essa realidade que foi se instaurando na universidade com a expansão do ingresso e, conseqüentemente com a diversificação do público, que ocasiona uma fruição universitária mais precarizada, assim como um silenciamento dessa realidade que impacta significativamente a vida desses estudantes. A seguir pode-se verificar mais um relato que aponta como as dificuldades financeiras acarretam conseqüências para a permanência na universidade:

Acredito que as maiores dificuldades estejam relacionadas muitas vezes ao grande investimento de tempo e dinheiro na universidade. Mesmo sendo bolsista prounista com 100% de bolsa, os gastos para transporte, alimentação, materiais necessários para os estudos fazem com que encontre cotidianamente barreiras muito bem definidas ao acesso a uma universidade vivida por pessoas com melhores condições. Ao comparar minha experiência com colegas de Universidade públicas com a condição socioeconômica próxima a minha, vejo que apesar de enfrentarem dificuldades eles contam com uma estrutura que pensa e tenta acolher o estudante pobre (ainda que não sejam medidas perfeitas que resolvam o problema, pelo menos o movimento existe). Com amigos próximos sempre levo na brincadeira, mas muitas vezes deixei de comer direito, porque os preços dos alimentos são fora da minha realidade (...) Por fim, acredito que escutar de professores(as) e colegas de sala ideias muito meritocráticas ou que passavam longe da minha própria vida foram coisas que demarcaram muito bem que o espaço da universidade não foi feito pensando em pessoas como eu. (Relato de discente)

Para além das questões financeiras, que parecem ser consenso na sociedade enquanto um fator dificultador, Lima, Malange e Barbosa (2016) destacam que este não é o único fator nem o mais preponderante, conforme se discutirá a seguir.

3.5 O descompasso do capital cultural

Outra dimensão relevante na discussão da permanência diz respeito ao descompasso entre o capital cultural de estudantes oriundos de classes populares e o capital cultural valorizado no espaço universitário. Conforme sustenta Mattos e Fernandes:

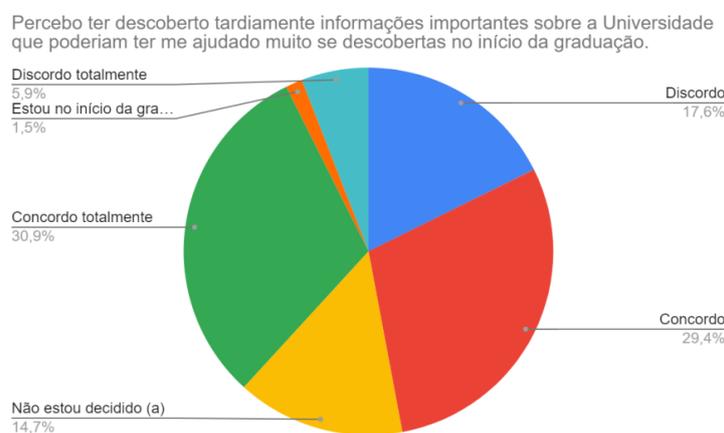
O ensino superior não exige apenas uma nova forma de se organizar em relação à cultura, mas também em relação a um corpo de saberes (BOURDIEU; PASSERON, 2015). Nogueira e Nogueira (2009, p. 36) explicam que esse corpo de saberes está relacionado a “uma série de atitudes, comportamentos e conhecimentos e um conjunto de habilidades linguísticas que apenas aqueles socializados na cultura dominante poderiam apresentar”. Ou seja, a exigência do sistema escolar ou universitário não é apenas voltada aos conteúdos, mas como o estudante interage e se relaciona com a cultura científica. (MATTOS; FERNANDES, 2019, p. 167)

Para estudantes de classes populares, não basta romper com as desigualdades relacionadas ao ingresso, com a escassez econômica e com as fragilidades educacionais

voltadas para o conhecimento de conteúdo, é preciso, ainda, lutar por uma outra inclusão, uma inclusão cultural e simbólica, haja vista que essa forma de interação com a cultura também estará sendo avaliada no espaço universitário, mesmo que de forma sutil. Nessa linha, Gröhs afirma que o êxito acadêmico será impactado “pelo conhecimento próprio das ‘regras do jogo’, os processos formais e informais das diferentes formas de avaliação. Aqui se encaixa o saber ‘se comportar’ em sala de aula, o falar e escrever ‘de forma adequada’, a aceitação da cultura legítima que separa os alunos (...)” (GRÖHS, 2011, p. 24). Ocorre que esses aspectos atrelados ao capital cultural parecem ser mais sutis, além de dificilmente explicitados, o que dificulta a percepção dos estudantes quanto a sua importância no meio acadêmico, a saber:

O capital econômico distingue os indivíduos de maneira óbvia (...) No entanto, apesar de sua importância clara, esse capital não desempenha a mais relevante diferença de oportunidades entre os indivíduos: é o capital cultural que distingue os indivíduos de maneira silenciosa e menos clara. (GRÖHS, 2011, p. 23).

A percepção sobre a importância do capital cultural, muito atrelado a práticas do cotidiano da universidade, e não necessariamente aos conhecimentos técnicos, parece ocorrer tardiamente, fenômeno denominado por Cruz como consciência atrasada. Conforme se verá a seguir, tal fenômeno também se explicita em nossa população:



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

De acordo com Cruz (2020), os acadêmicos vivenciam um constante senso de não saber, sendo que geralmente a descoberta tardia de certas informações ocorre via punição. Para ele, esse fenômeno se vincula ao fato de que a universidade é composta por diversas regras não declaradas, em especial sobre as dinâmicas que perpassam a informalidade e o cotidiano.

Retomando Thomas Kuhn, Cruz (2020) destaca que “uma das regras da ciência é não declarar parte de suas regras”, o que ajuda a compreender porque a Universidade pouco debruça-se em estudar suas próprias dinâmicas. Essa consciência atrasada das “regras do jogo” e do “como se comportar” sustenta-se então por uma forma de organização desse espaço que institui, mesmo que de forma silenciosa, mecanismos de controle aos quais as pessoas estão submetidas, sem necessariamente ser informada.

Sendo assim, a consciência atrasada não diz apenas de um mero acaso, mas traduz em si uma contradição, de que algo não está sendo declarado, mas constantemente utilizado como métrica de avaliação e seleção e, se se compreende o papel da universidade como também reprodutora de ideologias, pode-se colocar em voga o quão deliberadamente isso ocorre. Para Gröhs (2011), essa forma de organização dos espaços educacionais explicita seu papel como reprodutora e legitimadora de desigualdades, haja vista que tais “regras” estão formuladas na cultura dominante e serão facilmente incorporadas por estudantes oriundos das classes dominantes. Logo, a fruição na universidade, por exemplo, poderá ser vista como algo supostamente natural para essas classes, enquanto para outras, como uma cultura “estrangeira” (GRÖHS, 2011). Entretanto, essa dissonância parece ser ocultada e esse movimento se sustenta na medida em que considera:

(...) que todos teriam igualdade formal de chances, os diferentes desempenhos podem ser atribuídos a dons desiguais entre os alunos, transformando o privilégio social em dom e, dessa maneira o destino de cada um seria – como nos faz crer a ideologia neoliberal – uma consequência do mérito individual. (GRÖHS, 2011, p. 30)

Atribuir unicamente ao indivíduo a responsabilidade por seu desempenho na universidade, seja ele formal ou informal, assim como tratar como natural e como “dom” o aprendizado e a incorporação de certas habilidades técnicas ou sociais, também são formas de manutenção da desigualdade, assim como uma estratégia de desimplicação das próprias instituições em se comprometer com suas contradições. Nesse sentido, pode-se transpor o apontamento feito por Bourdieu (1998) sobre as escolas para o espaço universitário, pois de acordo com esse autor:

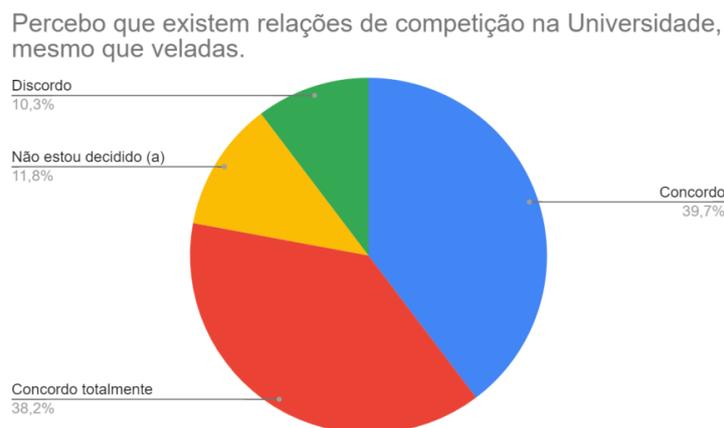
(...) para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos de ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. (BOURDIEU, 1998, p. 53)

O ato de ignorar, nessa perspectiva, é uma ação deliberada de não socializar meios e habilidades, mantendo assim o *status quo*, que favorece uma minoria, mas traz prejuízos, às vezes velados e só tardiamente percebidos, para os estudantes oriundos de classes populares, como destacado pelo seguinte relato de uma estudante ao ser questionada sobre os maiores dificultadores que percebe na Universidade, em suas palavras:

A falta de desenvolvimento de hábitos e habilidades necessárias à graduação, tanto antes de ingressar na universidade quanto durante, como estabelecimento de rotina, de métodos de estudo, leitura e escrita. A autocobrança e insegurança para aprender. A falta de conhecimento sobre o que é um curso superior, como funciona, quais as oportunidades e possibilidades, e de uma dinâmica familiar facilitadora dos estudos. (Relato de discente)

3.6 Você S/A versus Outro S/A

Uma das consequências mais consideráveis frente aos aspectos postos até o momento é o agravamento da competição. Se a universidade vem incorporando a lógica de organização do mercado, não seria de se surpreender que com ela também viria o acirramento da competição. O cenário de constante demanda por produtivismo e por desempenho que vende uma suposta liberdade a todos, mediada apenas pelo esforço próprio, resulta em uma nova subjetividade e em novos modos de se relacionar, conforme aponta Fernández-Savater (2019), “o eu como empresa ou marca a ser gerenciada, os outros como concorrentes, o mundo como uma série de oportunidades para capitalizar”. Esse *ethos* de livre-mercado parece expandir-se cada vez mais nas universidades e também é explicitado pela população desta pesquisa:



Fonte: Resultados da pesquisa (2022).

A presença da competitividade na universidade não deve ser vista apenas como uma consequência acidental, mas como um indicador coerente com o cenário posto. De acordo com Davies e Bansel (2005), o avanço do neoliberalismo propicia um novo *modus operandi* na Universidade que, nas palavras de Cruz (2020, p.119): “cada acadêmica e acadêmico tem sido configurado como uma unidade monetária em disputa por geração de lucro e por acumulação de capital em um mercado altamente competitivo e cada vez mais escasso em recursos”.

Considerando que esses grupos sociais enfrentam maiores dificuldades para manter-se na universidade e que, geralmente, para esses grupos a possibilidade de cursar o ensino superior tem maior significância, já que envolve muita das vezes a expectativa de mobilidade social, como visto anteriormente, além de estarem imersos em discursos meritocráticos de valorização do esforço individual, acredita-se ser possível uma reflexão pautada no argumento de que esses grupos podem estar ainda mais expostos a uma lógica de concorrência mercadológica que se estabelece como realidade na universidade.

Se se coloca em contraponto os grupos economicamente e socialmente privilegiados, seria possível argumentar que o fato de já possuírem condições de subsistência garantida, inclusive às vezes por gerações, torna menos recorrente a presença de preocupações quanto à mobilidade social ou garantia de ingresso no mercado de trabalho. Por outro lado, aos estudantes de classes populares, constantemente expostos às incertezas, até mesmo de subsistência material, o espaço universitário pode se configurar como única fonte de alcance de capital e de reconhecimento. Entretanto, haja vista o cenário de desigualdade, o acesso a esse capital torna-se cada vez mais raro, logo, cada vez mais disputado e, conseqüentemente, exige um esforço ainda mais descomunal, afinal, conforme os preceitos do mercado, quando há uma relação na qual a demanda é superior à oferta, o resultado é um custo elevado.

Como resultado dessa concorrência, vê-se não apenas o culto ao esforço, mas também a sustentação de uma individualização que desgasta os laços solidários e as possibilidades de coletivização dos problemas comuns e do estabelecimento de táticas para promoção de mudanças na organização do espaço universitário. No palco da liberdade individual, falta espaço para construção coletiva, conforme aponta Andrade (2019, p. 87): “Ao invés da preocupação diante das condições que dificultam o acesso aos bens de forma equitativa, da consciência de classe, aposta-se na superação individual”. E nessa lógica reina-se a competitividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos esforços já empreendidos, a democratização da universidade, em seu sentido mais amplo, para as classes populares ainda é um desafio a ser enfrentado. Como já vem sendo discutido na literatura, apesar de ser um significativo avanço, ações voltadas apenas para inserção desse público no ensino superior não são suficientes para mitigar os obstáculos que esses alunos enfrentam para permanecer e usufruir desse espaço.

Com o crescente avanço do neoliberalismo na educação, o êxito no enfrentamento a esses obstáculos tem se mostrado ainda mais distante. O culto ao esforço contínuo, embalado por hinos motivacionais, acarreta cada vez mais a individualização do sofrimento, ignorando de forma deliberada os aspectos contextuais e atribuindo apenas ao estudante a responsabilidade por seu “sucesso”. Em se tratando de estudantes de classes populares, o cenário parece ser ainda pior, já que precisam lidar com um malabarismo constante para conciliar dificuldades financeiras, discrepância entre a exigência e seus conhecimentos escolares, fora a dissonância entre o capital cultural que possuem daquele que é esperado nesse espaço.

Analisar tais desdobramentos é uma ação essencial para evidenciar não apenas os problemas, mas também possíveis ações de enfrentamento. Posto isso, argumenta-se ser necessário a destituição do olhar romântico para a universidade, a fim de se explicitar as contradições presentes nesse espaço e em suas formas de organização que corroboram para manutenção da desigualdade. Ademais, é preciso insistir na necessidade de ações dedicadas à permanência, inclusive ações que factualmente se atentem à manutenção financeira desses alunos no espaço universitário, como também a necessidade de programas de apoio pedagógico para aprendizado de habilidades que tendem a intensificar a disparidade entre os discentes e que são essenciais na trajetória universitária, como a escrita.

Considerando os limites do estudo realizado e da análise da literatura que embasou este artigo, recomenda-se a proposição de pesquisas que se aprofundem no quanto as dificuldades financeiras podem impactar a saúde e a fruição acadêmica, assim como pesquisas que considerem as diferenças interseccionais e seus impactos nessa relação com a universidade.

Por fim, importa ressaltar que mudanças institucionais não tendem a ocorrer espontaneamente. Por isso, é imprescindível que as categorias presentes nas universidades se organizem enquanto corpo político, enquanto agentes ativos e protagonistas, pressionando coletivamente as instituições para a responsabilização de implementar as mudanças necessárias e construir espaços institucionalizados para compartilhamento de estratégias de aprendizado e

de apoio, mesmo ciente de que esse movimento tem suas limitações em um contexto de constante disputa e competição que fragmenta e desgasta os laços de cooperação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, W. M. DE .. Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade. **Caderno CRH**, v. 20, n. 49, p. 35–46, jan. 2007.
- ALVARENGA, C. F. et al. Desafios do ensino superior para estudantes de escola pública: um estudo na UFLA. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 55-71, jan./mar. 2012.
- ANDIFES, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais Ensino Superior. V Pesquisa do perfil socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, 2018. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2022.
- ANDRADE, Érico. **Sobre losers: fracasso, impotência e afetos no capitalismo contemporâneo**. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- BARROS, A.S.X. **Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.
- BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre; CATANI, Afrânio M.; NOGUEIRA, Maria Alice (Org.). **Escritos de educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008
- BROCH, Caroline; BRESCHILIARE, Fabiane Castilho Teixeira; BARBOSA-RINALDI, Ieda Parra. A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 25, n. 2, p. 257-274, mai. 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772020000200257&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- VALOR ECONÔMICO. País atinge recorde de número de trabalhadores informais no 2º trimestre, diz IBGE. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 jul. 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/29/pais-atinge-recorde-de-numero-de-trabalhadores-informais-no-2o-trimestre-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 03 out. 2022.
- CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.
- CRUZ, Robson Nascimento. **Bloqueio da Escrita Acadêmica: Caminhos Para Escrever com Conforto e Sentido**. 1ª edição. Belo Horizonte: Editora Artesã, 2020.

DA GLÓRIA SOARES, L. Desafios dos alunos de classes menos favorecidas para ingressar e permanecer na universidade. **Revista Extensão & Cidadania**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2016. DOI: 10.22481/recuesb.v2i4.2246. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/2246>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

DE SOLLA PRICE, D. J., & BEAVER, D. Collaboration in an invisible college. **American Psychologist**, 21(11), 1011-1018. 1966.

DE ALMEIDA, W. M. Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 20, n. 49, 2007. DOI: 10.9771/ccrh.v20i49.18855. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18855>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

DOEBBER, M. B. **Reconhecer-se diferente é a condição de entrada, tornarse igual é a estratégia de permanência: das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DUBET, François. Qual a democratização do ensino superior? **Caderno CRH**. Salvador, v.28, n.74. Maio/Agosto, 2015.

FERNANDEZ-SAVATER, Amador. Antropología neoliberal. **El País**, 2019. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2019/05/28/opinion/1559062838_317776.html>. Acesso em: 03 out. 2022.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. “Origem de classe e destino ao topo social no Brasil”. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 16, p. 82-104, 2019. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/view/492>>. Acesso em: 17 set. 2022.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GANAN, E; MOREIRA, A. Retratos da desigualdade social: reflexões sobre a permanência de estudantes pobres egressos de escola pública na universidade pública. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22657>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

GRÖHS, L. F. M. **Párias entre pares: a expansão do ensino superior e a sociologia da educação de Pierre Bourdieu**. Sorocaba, SP: [s. n.], 2011.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Rev. bras. orientac. Prof.**, Florianópolis, vol. 19, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p7>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

JORNADAS DA PÓS-GRADUAÇÃO DO ESPANHOL FFLCH USP. Para além do individualismo e da psicologização: os dilemas atuais da vida acadêmica brasileira. 8 de novembro de 2021. **Facebook: Jornadas da pós-graduação do Espanhol FFLCH USP.** Disponível em:

<<https://www.facebook.com/jornadasespanholfflch/videos/598470101346817>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MALANGE, Fernando Cezar Vieira; BARBOSA, Valci Aparecida. Programa de assistência estudantil na UNEMAT: política de permanência? *In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS*, 24, 2016, Maringá. **Anais.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016.

LORENZET, Deloíze. **Expansão e democratização da educação superior brasileira: a oferta de Licenciaturas nos Institutos Federais no estado do Rio Grande do Sul.** 2016. 288 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em:

<https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/URGS_744320e3ecd3658b8ec19d0458a7ab34>. Acesso em: 8 ago. 2022.

MAIA, Heribaldo. **Neoliberalismo e sofrimento psíquico: o mal-estar nas universidades.** [S. l.]: Editora Ruptura, 2022.

MATTOS, H., & FERNANDES, M. Estudantes universitários: estratégias e procedimentos para a permanência. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 29, p. 156-174, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.20500/rce.v14i29.20361>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

MERTON, R. K. **The Matthew Effect in Science.** *Science*, 5 January 1968, v. 159, p. 56-63; republicado em MERTON K., *The Sociology of Science*, ed. Norman V. Storer, Chicago: Chicago University Press, 1973.

Pesquisa aponta que 5 em cada 10 formados entre 2019 e 2020 estão sem trabalhar. **Diário do Centro do Mundo.** NUBE, 2021. Disponível em:

<<https://www.nube.com.br/clipping/2021/04/18/pesquisa-aponta-que-5-em-cada-10-formados-entre-2019-e-2020-estao-sem-trabalhar-diario-do-centro-do-mundo>>. Acesso em: 07 out. 2022.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. As políticas públicas do ensino superior no Governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, jul/dez, 2010.

PÓSARQ UFSC – DISCENTES. **Bate-papo Acadêmico: Robson Cruz.** Youtube, 26 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zCiev1ORfNM>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Mobilidade e estrutura de classes no Brasil contemporâneo. **Sociologias**, v. 16, n. 37, p. 178-217, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/15174522-016003711>>. Acesso em: 18 set. 2022.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. *In*: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N. da; DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 11-38.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **O manifesto em debate: Defender uma educação pública, gratuita e crítica**. Youtube. 18 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fq4z-0L3gv4>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SANTOS, Bárbara Naves dos. **O sofrimento psíquico do discente universitário: uma análise crítica**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11550>>. Acesso em: 10 set. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SERRANO, Amanda. Brasil, o país mais ansioso do mundo. **Estado de Minas**, 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bem-viver/2022/07/03/interna_bem_viver,1376936/brasil-o-pais-mais-ansioso-do-mundo.shtml>. Acesso em: 26 set. 2022.

SILVEIRA, C.; NORTON, A.; BRANDÃO, I.; ROMA-TORRES, A. Saúde Mental em estudantes do Ensino Superior: experiência da Consulta de Psiquiatria do Centro Hospitalar São João. **Acta Med. Port.**, p. 247-256, 2011.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: : superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017. DOI: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 20 set. 2024.

TAVARES, M. G. M.; OLIVEIRA, M. A. A.; SEIFFERT, O. Avaliação da educação superior na revista *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*: ênfases e tendências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro: CESGRANRIO, v. 19, 2011. p. 233-258.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1976.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 de ago. 2022.